



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA Nº 4/2013

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO 2013

PRESIDENTE DA MESA

Ramiro Manuel Lopes de Matos

SECRETÁRIOS:

1º Secretário – Victor Manuel Dias Coelho

2º Secretário – Manuel Augusto Nabais

FALTARAM:

Manuel Rito Alves

Inês Martins Ambrósio Figueiredo

Maria Fernanda Penela dos Santos N. Vieira

JUSTIFICARAM A FALTA:

António Luís Miranda dos Santos Serra

Aldina Maria Mendes Ricardo *(substituída por Carlos Barata)*

Eurico Pires Manso *(Substituída por José Cunha)*

Ana Domingues Vilardell Viñolas *(Substituída por José Dias Santos)*

Presidente da Junta de Freguesia de Sabugal *(representado pelo Tesoureira Carla Clara)*

Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Maior *(representado pelo Secretário Manuel Gomes Monteiro)*

HORA DE ABERTURA:

Vinte horas e quinze minutos.

LOCAL:

Museu Auditório Municipal





- ❖ Às vinte horas e quinze minutos, dado haver quórum, o **Presidente da Assembleia**, tendo cumprimentado os membros da Assembleia, o Executivo Municipal, o Pessoal de Apoio e o público presente, declarou *aberta a sessão*. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para propor que a realização da sessão da Assembleia Municipal de setembro se realizasse no dia 13/09/2013, em virtude do período de campanha eleitoral iniciar no dia 16/09/2013. Colocada a proposta à votação, foi a mesma **aprovada**, por unanimidade. -----

PONTO 1 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 19/04/2013

Retomando a palavra, o **Presidente da Assembleia** disse que a ata tinha sido enviada a todos os membros da Assembleia pelo que, não havendo inscrições, colocava a ata à votação, tendo sido **aprovada**, por maioria, com duas abstenções. -----

PONTO 2 - EXPEDIENTE

O **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao 1.º Secretário que, depois de cumprimentar os presentes, deu conhecimento do seguinte expediente: -----

- Informação da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira sobre Comissão Instaladora de Freguesias criadas por alteração dos limites territoriais, no âmbito da Lei n.º 11-A/2013, de 28/01; -----
- Justificação de falta, à presente sessão, apresentada por Ana Domingues Vilardell Viñolas; -----
- Justificação de falta, à presente sessão, apresentada por Aldina Maria Mendes Ricardo; -----
- Justificação de falta, à presente sessão, apresentada por Eurico Pires Manso; -----
- Ofício da Junta de Freguesia de Sabugal a informar da impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pela Tesoureira: Carla Susana Lopes Clara; -----
- Ofício da Junta de Freguesia de Vilar Maior a informar da impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo secretário: Manuel Gomes Monteiro. -----

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS

De seguida, o **Presidente da Assembleia** deu início à discussão dos assuntos relativos ao ponto do *Antes da Ordem do Dia*, tendo começado pela leitura da Moção apresentada pelo Grupo da CDU (João Carlos Taborda Manata e João Manuel Aristides Duarte), que se transcreve: -----



“No dia 17 de junho de 2013 os professores realizaram uma greve que teve no Agrupamento de Escolas do Sabugal a adesão de 96% dos docentes. Dos 94 professores convocados, apenas 4 se apresentaram ao serviço, tendo sido inviabilizada a realização do exame de Português do 12º ano.

Considerando que: -----

- A greve convocada não era contra os alunos, nem contra os encarregados de educação, mas sim pela defesa da Escola Pública e dos postos de trabalho que estão a ser postos em causa pelas medidas tomadas pelo Governo, nomeadamente com o aumento do número de alunos por turma e a chamada “mobilidade especial”; -----

- A greve não foi um braço de ferro entre Sindicatos e Governo, como o Ministro da Educação e Ciência quer fazer passar para a opinião pública. A luta foi dos professores, sindicalizados ou não, pelos postos de trabalho e na defesa da qualidade da Escola Pública, contra o seu desmantelamento; -----

- O Governo, e nomeadamente o Ministro da Educação e Ciência, mostrou-se irredutível na mudança da data para a realização do exame, apesar de para tal ter sido alertado pelo Tribunal Arbitral, referindo que esta data foi escolhida tendo em conta o calendário escolar, os feriados municipais e nacionais, mas não teve qualquer pejo em, posteriormente, alterar essa mesma data para dia 02 de julho, esquecendo-se que nesse dia, é feriado municipal em Almeida, onde não se realizaram os exames no dia 17. O Governo tentou tudo para esvaziar o sentido da luta dos professores, apesar da adesão massiva dos professores à greve com mais de 90% a nível nacional, número ultrapassado no Agrupamento de Escolas do Sabugal. Sabe-se que a cada posto de trabalho perdido no concelho é uma tragédia. Se alguns professores que exercem no Sabugal perderem o emprego, significa menos economia para o concelho; -----

- O Ministério da Educação e Ciência, tão zelosos no cumprimento da data de 17 de junho para a realização dos exames, alterou a data de outros exames, marcados para o dia 27 de junho próximo, apenas porque, nesse dia, está marcada uma Greve Geral, marcada pelas duas Centrais Sindicais; antecipando os mesmos para o dia 26. Tal significa que tudo o que o Ministério disse sobre os exames do dia 17 não passou de demagogia; -----

- A campanha movida por parte do Governo contra os professores fazendo crer à opinião pública que esta classe (imprescindível em qualquer país civilizado) é privilegiada, não começou só agora, mas vem desde o tempo do Governo Sócrates e da Ministra Maria de Lurdes Rodrigues, que, nessa época, levou a grandes manifestações em Lisboa; numa das quais estiveram presentes mais de 100.000 docentes. Em resposta a esta grande luta dos professores o PS convocou um comício





nacional para o pavilhão do Académico do Porto, no dia 15 de março de 2008, para o qual foram transportados simpatizantes e militantes do PS, em apoio das medidas gravosas tomadas contra os professores; -----

- O fecho das escolas do 1.º ciclo, no concelho, para reduzir postos de trabalho, não é de agora. Vem do tempo do Governo Sócrates, embora se tenha agravado no consulado do Ministro Nuno Crato. Neste momento pouco mais haverá para fechar, uma vez que quase tudo foi arrasado, em nome de políticas cegas da redução do défice, à custa dos professores. -----

A Assembleia Municipal do Sabugal, reunida em sessão ordinária no dia 21 de junho de 2013, delibera: -----

- Saudar a luta dos professores do Agrupamento de Escolas do Sabugal pelos seus postos de trabalho e, coerentemente, estar do lado da classe docente nas suas reivindicações na defesa da Escola Pública de qualidade que o concelho merece. -----

- Apoiar a defesa da Escola Pública de qualidade, tudo fazendo ao seu alcance para anular a intenção de colocar os docentes na chamada “mobilidade especial” que não é mais do que a antecâmara do despedimento, nomeadamente informando o MEC que não concorda com as medidas propostas, que terão nefastas consequências num concelho como o nosso; onde os serviços públicos estão a extinguir-se e necessitado de educação como de pão para a boca. -----

*O Grupo da CDU na Assembleia Municipal do Sabugal. -----
João Carlos Tabor da Manata. -----
João Manuel Aristides Duarte”.* -----

Face ao conteúdo da Moção, foi aberto um período de inscrições para intervenções. Na sequência de inscrição, foi dada a palavra a: -----

Presidente da Junta de Freguesia de Malcata que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que não estava de acordo com a Moção apresentada, porque, embora a intenção dos professores não tivesse sido a de prejudicar os alunos, efetivamente, tinham sido muito prejudicados. Por esse motivo, não estava de acordo com a Moção, e iria votar contra. -----

Nuno Teixeira que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que seria o primeiro a votar favoravelmente a Moção apresentada, por ser professor e sentir diariamente na pele as medidas que estavam a ser aplicadas, as quais considerava serem uma atrocidade. Pertencia aos quadros da Função Pública mas, por uma questão de solidariedade com os seus colegas e coerência com os seus princípios, tinha feito greve. Se a Moção não fosse alterada iria abster-se na votação,





porque focava situações que tinham acontecido há cinco anos atrás, que nada iriam alterar o que se estava a passar na presente data. Assim, disse que se os proponentes da Moção fizessem essa alteração votaria a favor. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Rebolosa que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que quando se fazia uma greve, alguém ficava sempre prejudicado. Continuando, disse que quando os médicos faziam greve, existiam muitas pessoas que ficavam sem as consultas que tinham marcado, operações que eram adiadas, os transportes paravam, alguém era sempre prejudicado. Os professores fizeram greve na altura em que as medidas estavam a ser apresentadas. Realmente, grande parte do que constava na Moção tinha sentido e correspondia à realidade. Existia um verdadeiro ataque à escola pública, neste momento, por parte do atual governo. Disse ainda não concordar com o que fora dito no que há cinco anos atrás dizia respeito. No seu entender, 2008 já tinha passado e quem tinha tomado as medidas já tinha sido julgado. Estavam a ser avaliadas as medidas que tinham sido implementadas neste momento. Mesmo assim, disse que iria votar a favor da Moção. -----

Joaquim Carreto que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que, em relação ao que tinha sido dito de que a greve prejudicava os alunos, queria que ficasse bem claro que se havia alguém que defendia os alunos, eram os professores. Às vezes, até mais do que alguns pais! Continuando, disse que era pai e professor. Uma das suas filhas também não tinha feito exame nesse dia. Reiterando o que tinha dito o Presidente da Junta de Freguesia de Rebolosa, quando se fazia uma greve, era a última alternativa, o extremo da situação, quando já não podia haver diálogo. A greve era um direito adquirido por todos. O Governo não tinha alterado a data do exame do dia 17 por não quis, pois as datas dos outros exames tinham sido alteradas. Disse que iria votar a favor da Moção, apesar de alguns considerandos contidos na Moção, com os quais não concordava. -----

Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia** colocou a Moção à votação, tendo sido **aprovada**, por maioria, com vinte e sete votos a favor, vinte e oito abstenções e dois votos contra. Foram feitas as seguintes **declarações de voto**: -----

João Manata disse que: *“Além de ser subscritor desta moção, logicamente teria de estar a favor, senão seria um contra senso. Agora, se houve alguém que prejudicou os alunos, foi o Governo. Depois ainda aparece o Senhor Ministro mentiroso Crato a chamar mentiroso ao Secretário-Geral da Fenprof – Mário Nogueira, e aí vê se logo quem está a mentir ou não! Quando o Mário Nogueira disse para se ouvir a gravação, eles ainda não cederam a gravação a ninguém para ouvirem. Quanto aos considerandos, de facto, o ataque à escola pública já vem desde há uns anos atrás. Eu lembro-me de muita gente do Partido Socialista votou, e muito bem, contra a sua Ministra, Maria João Rodrigues. Nós aqui, quando votamos Moções sobre o 25 de Abril e falamos no Fascismo, o Fascismo já foi há quase 40 anos e nós continuamos nas moções a falar nele. Nós*



não podemos construir o presente e construir o futuro sem olharmos para o passado. O ataque à escola pública começou a sério no tempo do Governo Sócrates. Essa é que é a verdade nua e crua.”

Ramiro Matos, enquanto membro da Assembleia, disse que: *“Eu votei a favor desta moção pelas posições públicas que tenho vindo a tomar em relação ao apoio para com a luta dos professores, pelo direito ao trabalho e pelo direito a condições de trabalho dignas. Mas não posso deixar de dizer aqui aos Senhores deputados da CDU que há alturas em que não vale a pena estarmos a brincar. Os Senhores deputados que dizem que têm memória e sabem quando é que o ataque começou, eu também tenho memória e sei quem era que, no tempo em que o Senhor Nuno Crato atacava o governo de Sócrates e do Ministro da Educação, quem é que o apoiava e quem é que dizia que ele era bom e que ele é que tinha a razão! Hoje, o povo português e a sociedade portuguesa estão perante um ataque à sua liberdade, à sua democracia, à sua condição de português, como nunca tinha havido. Hoje, estamos governados por um conjunto de gente ultra liberal, um conjunto de gente que está a pôr em causa o futuro de Portugal. Nessa altura, os inimigos não são os do PS, CDU, Bloco de Esquerda, nem são a maioria do PSD. Hoje, o inimigo são aqueles Senhores que tomaram conta de um partido e que, por erros cometidos pela esquerda portuguesa, alguém os colocou no poder, e esta situação é para mim principal. Hoje, é o povo português que está em causa. Hoje, como na CDU muita gente gosta de lembrar Álvaro Cunhal, está na altura de chamar todos os democratas e aqueles que acreditam no futuro de Portugal para que se unam, não em termos de posições sectárias, mas em termos de posições de defesa de Portugal. Os considerandos que aqui estão nesta Moção, o que querem dizer é que se excluam todos aqueles que não estão de acordo connosco. Por isso, apesar de ter votado a favor, não posso deixar de lamentar os considerandos.”* -----

Foi dada a palavra a **João Manata** que, para em **defesa da honra**, dizer que: *“Se há alguém que nunca foi sectário em relação à esquerda foi o PCP. Falo em nome do partido, não falo em nome da CDU. Porque quando foi necessário neste país formar-se governos, para fazer coligações com a esquerda, o PS decidiu sempre entender-se com a Direita, Governos do Bloco Central, Governos com o CDS, quando na altura o Dr.º Mário Soares dizia que o CDS era um Partido de Extrema Direita. Quanto ao Senhor Deputado Municipal Ramiro Matos, eu gostava que me dissesse quando é que já viu o PC ter gabado ou ter elogiado o Professor Nuno Crato? Porque se há alguém que tem sido crítico, como fomos críticos em relação à Dr.ª Maria de Lurdes Rodrigues, não tem nada a ver com sectarismo, porque eu vi muito professor do Partido Socialista na primeira linha da luta contra essa Senhora, por isso foi só uma questão de memória mais nada. O Senhor chamou-me sectário e nós de sectarismo não temos nada.”* -----

Retomando a palavra, **o Presidente da Assembleia** disse que *“O Senhor Nuno Crato antes de ser Ministro da Educação era o Presidente da Sociedade de Matemática de Portugal e era bom ler-se o*



que se disse na altura quando o Senhor Presidente da Sociedade Portuguesa de Matemática criticava os exames e criticava a política de matemática.” -----

De seguida e não tendo sido apresentadas mais moções, o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da Assembleia pretendia inscrever-se para intervir no período do Antes da Ordem do Dia. Na sequência de inscrição, foi dada a palavra a: -----

José Hlídio Clemente que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que, relativamente ao pedido de parecer prévio para a aquisição de serviços para a demolição do edifício, localizado na Rua Dr. António VilardeLL Vinolas, “*perguntamos ao Sr.º Presidente quando é que o prédio foi demolido? Qual foi a data concreta?* -----

Foi presente, em reunião de câmara de 19 de junho de 2013, um pedido de parecer prévio para demolição de edifício, sito na Rua Dr. António VilardeLL Vinolas. -----

Todos sabem qual é o prédio que até foi apelidado de “mamarracho”. Se concordamos com a demolição? Concordamos plenamente. Já deveria ter sido há mais tempo! -----

Não concordamos, no entanto, com a forma que o Sr.º Presidente resolve os assuntos e em concreto este! -----

Prendem-se aqui questões de legalidade e de princípio. -----

É público que o edifício já foi demolido há mais de duas semanas! -----

Para este tipo de serviços a lei exige que, antes do serviço ser adjudicado e executado, a Câmara emita um parecer prévio. Ou seja, o Sr.º Presidente é obrigado a pedir previamente o parecer da Câmara, como o próprio nome sugere. -----

Como se pôde verificar e provar, o pedido só vai à Câmara muito tempo após a demolição estar concluída. O Sr.º Presidente ultrapassou tudo e todos. Desrespeitou o executivo e mandou fazer um serviço que agora é ilegal. -----

Como se pode ler no parecer: ... O parecer é da competência do Órgão Executivo... -----

E mais, ... são nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados sem o referido parecer. -----





O Serviço é portanto ilegal, é nulo. Como vai o Sr.º Presidente pagar o serviço? O empreiteiro fez o trabalho e tem de receber! -----

Podia e devia o Sr.º Presidente fazer as coisas de forma correta mas, á semelhança de outros assuntos, prefere “embrulhar” e fazer mal. Acaba por dificultar o que é simples. Irá ser responsável pelos seus atos. -----

Os Vereadores do Partido Socialista votaram contra este parecer prévio pelas razões apresentadas.” -----

António Gata que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que, há alguns meses atrás, tinha deixado um alerta para o estado de degradação que se estava a verificar em alguns troços da Estrada do Sabugal para Vilar Formoso. Na altura, tinha dito que o Instituto de Estradas de Portugal deveria olhar para aquela situação o mais rapidamente possível e não ficaria bem com a sua consciência se hoje não transmitisse que a obra estava executada, estando muito satisfeito porque se circulava muito melhor. -----

Continuando, disse ser do conhecimento de todos que tinha decorrido a Feira da Agricultura em Santarém, na qual o Sabugal tinha estado muito bem representado. Em sua opinião, a Câmara do Sabugal não tinha a obrigação de estar sempre a atribuir apoios. Esta feira tinha sido um bom exemplo disso pois tinha partido de uma iniciativa espontânea. As pessoas que quiseram tinham contribuído. Houve uma agregação de vontades e por isso estavam de parabéns. -----

No Bairro da Calçada, local onde habitava, na zona onde há alguns anos tinham sido plantadas inúmeras árvores, verificara que dificilmente as mesmas iriam produzir sombra. Assim, sugeriu que, se não fosse prejudicial para as árvores, fosse feito o corte nas copas, à semelhança do que tinha sido feito em duas ou três árvores implantadas nesse local, por forma a que as mesmas alargassem em vez de subirem. -----

Marisa Martins que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que o arranjo da Rua das Tílias, na sua opinião, tinha ficado muito mais bonito. O Largo em frente à Câmara (Chafariz), estava “horroroso”. Não tinha qualquer enquadramento com uma Câmara que era de pedra, com acesso histórico ao Castelo e ao Museu. Fazia lembrar-lhe um largo moderno. Quem tinha escolhido aquelas pedras, em sua opinião, faltava-lhe alguma sensibilidade. -----

Relativamente à empresa Águas do Zêzere e Côa, tinha conhecimento que tinha sido discutido o assunto em reunião de Câmara. Já tinha sido focado, em sessões anteriores, mas iria voltar a falar nele porque ainda não estava resolvido. Assim, perguntou: -----





1. Qual era a dívida real às Águas do Zêzere e Côa, na presente data? -----
2. Se estava nas pretensões da Câmara e do Senhor Presidente liquidar esta dívida? -----
3. Os consumidores estavam neste momento a pagar a água. Qual o montante pago, mensalmente, pelos consumidores e o que era feito com esse dinheiro? -----
4. Na hipótese de se ter de pagar a dívida às Águas do Zêzere e Côa, com que dinheiro é que se iria pagar? -----

José Robalo que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que, em primeiro lugar, queria falar de um caso de sucesso que eram as Termas do Cró e dar os parabéns ao Executivo pela forma como tinha consolidado esta obra e sempre tinha acreditado e da forma como tinha contribuído para serem mais um nicho para o Concelho do Sabugal. Referiu ainda que era necessário e importante a existência de mais sinalização, pois já tinha sido questionado diversas vezes sobre a localização das Termas do Cró. -----

Em segundo lugar, referiu mais um caso de sucesso que era a demolição do célebre “mamarracho”, localizado no cruzamento de Sortelha, freguesia de Aldeia de Santo António. No seu entender, o simples facto de ter desaparecido era positivo para o Município. A Câmara estava de parabéns, pois o Sabugal estava muito mais bonito. Não percebia como é que algumas pessoas viam esse ato como negativo. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Bismula que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que o assunto que pretendia falar já tinha sido referido pelo Senhor António Gata, que era a Repavimentação da Estrada Nacional 233-3, Sabugal – Vilar Formoso. Era com orgulho que reconhecia essa obra. Assim, disse que a quem doíam as coisas era quem mais se lembrava desses assuntos, por isso eram os mesmos a reconhecer quando as coisas eram feitas. -----

João Manata que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse: *“Em primeiro lugar, queria dar os parabéns à Câmara Municipal. Até que enfim, fez-se luz. Estão-se a pintar as janelas da Câmara. Não está só de parabéns a Câmara, também estou de parabéns, eu, o meu amigo Joaquim Carreto e o Dr.º Teles”*. -----

Continuando, quanto ao Largo do Chafariz, sobre o qual já tivera oportunidade de referir algumas coisas na sua página pessoal do Facebook, disse que: *“Alguém que fosse do Sabugal, nascido e criado, nunca faria uma obra daquelas. É uma obra de quem não percebe patavina do Sabugal, não gosta do Sabugal, nem nunca viveu isto. Não é só esteticamente, porque os técnicos e os arquitetos fazem muita asneira. Temos, logo ali em baixo, a casa do Ti Zé Cacau que o obrigaram a pintar de vermelho. Por isso não vamos falar de técnicos porque eles têm feito muita asneira. O*





xisto preto que foi colocado não tem nada a ver com aquela zona. O Senhor Presidente já reparou que o chafariz está um bocado torto? É caso para dizer que “o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita.” -----

Quanto à Avenida das Tílias, gosto da obra. Dou os parabéns porque acho que está muito bem. Embora, na minha opinião, não era uma obra prioritária. Prioritário seria esta miséria que temos aqui ao pé do Pelourinho. A Câmara tem um serralheiro e não custa nada mandar soldar os ferros e reparar a grade. A calçada em frente à casa do Tito está uma vergonha, tudo arrancado, tudo partido. -----

Como tal, Senhor Presidente, dou-lhe os parabéns pela Avenida das Tílias e pelas janelas do edifício da Câmara, e dou-lhe os pêsames pelo Largo do Chafariz porque descaracterizaram completamente aquilo.” -----

Carlos Alberto que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que era professor há 35 anos e que nunca nenhuma greve de professores tinha prejudicado nenhum aluno. Tinha pedido a palavra para dizer que os professores não eram os maus da fíla, nem era o Partido Comunista que estava do lado dos professores. -----

Relativamente ao que tinha sido dito pelo seu amigo José Ilídio, todos estavam de acordo com a demolição do “mamarracho”. Contudo, não concordavam era com a questão da legalidade, a forma como a demolição tinha sido feita. -----

José Cunha que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se as obras da Avenida das Tílias estavam concluídas ou se estava prevista alguma alteração? -----

Nuno Teixeira que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que, no seguimento do que o Senhor José Cunha acabara de dizer e pelo que se apercebera, a beleza nem sempre era tudo. Tinham-se ganho efetivamente alguns lugares, até as supostas casas de banho públicas, com o estacionamento em espinha, mas na zona mais habitada, no seu entender, ao fundo da avenida, tinham-se perdido três lugares de estacionamento para se encher um espaço com casca de pinho. -----

Em relação ao que tinha dito o Senhor José Ilídio, mais uma vez se tinha feito uma confusão completamente desnecessária. Mais uma vez tinham sido colocadas palavras que não tinham sido proferidas. -----



Continuando, disse: “*Para esclarecimento cabal de todos os presentes e para que se torne público, de uma vez por todas e de uma forma clara, quanto é que custou a Volta a Portugal em Bicicleta, nos anos transatos e quanto é que vai custar este ano?* -----

À semelhança da Câmara de Viseu, também aqui se assinou um pacote, através de Protocolo, para que a Volta tenha presença no Sabugal durante alguns anos seguidos. -----

Senhor Presidente seja claro para todos nós podermos entender e para toda a população ficar esclarecida. -----

Já aqui há uns anos, tinha falado numa verba de 50.000,00€ e, hoje, volto a perguntar se é verdade que foi este o investimento por parte da Câmara Municipal do Sabugal? -----

Existe algum protocolo assinado pelo Senhor Presidente da Câmara relativamente a este assunto? Se sim, acho que tem a obrigação de o divulgar. Se não, como é que vai efetuar o pagamento, através de fatura?” -----

Em seguida, referiu um assunto do qual tivera conhecimento na Capeia realizada em Vila Franca de Xira, no dia 01/06/2013, que tinha a ver com o Concerto do Toni Carreira, no dia 18/08/2013, no Sabugal. Tinha reparado que o cartaz não indicava quem era o promotor do evento. Assim, perguntou: -----

1. Se a Câmara Municipal estava envolvida na vinda do Toni Carreira ao Sabugal e em que moldes? -----
2. Se a Câmara iria apoiar este evento e de que forma? -----
3. Uma vez que estavam envolvidos montantes elevados pela parte da Câmara, se tinha sido prestada alguma garantia ou tinha assinado um documento junto da empresa do cantor que garantisse a realização do concerto? -----
4. Se o Presidente da Câmara tinha conhecimento de quem estava envolvido no evento e se já tinha sido contactado pela empresa que o promovia? -----

Acrescentou ainda que: “*Convém ao Senhor Presidente da Câmara e agora candidato colar-se a este tipo de eventos para aparecer e assim fazer campanha à custa de todos nós!* -----

Em ano de forte crise nacional, em que as pessoas não têm emprego, passam fome e fortes privações, parece que o Senhor Presidente aposta forte nas festas e eventos de encher o olho, mas que só servem para promover a imagem e o facto de ser candidato à Câmara! E o que é que fica depois? Nada! -----

Em relação às Termas do Cró, que já aqui foi falado, realmente a Câmara está de parabéns, mas é um investidor privado. -----





O Balneário das Termas do Cró, como todos têm conhecimento, está concessionado a um privado. O privado faz a exploração e obviamente tira os lucros. No entanto, a Câmara fez adjudicações no montante de cerca de 70.000,00 € (setenta mil euros) na aquisição de equipamento de fisioterapia para o Balneário Termal do Cró à firma Teprel – Equipamentos Médicos; 42.188,00 € (quarenta e dois mil, cento e oitenta e oito euros) no fornecimento e aplicação de acessórios para o Balneário Termal do Cró à Somague Engenharia. Estas duas adjudicações perfazem o montante de 112.000,00 € (cento e doze mil euros). Se acrescentarmos o IVA, atinge o montante de cerca de 136.000,00 € (cento e trinta e seis mil euros). Estando a exploração a cargo de um particular, ficando o mesmo com os lucros, será lógico a Câmara continuar a efetuar os investimentos? Qual é o risco do investidor? Será que temos aqui uma PPP a nível concelhio? Gostava de ver esclarecida de forma clara esta situação. -----

Para terminar, gostaria de saber em que ponto é que está a construção do Hotel das Termas do Cró? -----

José Galhano que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que, em primeiro lugar, pretendia dar os parabéns publicamente à Direção da Casa do Concelho do Sabugal. Pessoalmente, já o tinha feito ao Presidente da Casa do Concelho do Sabugal, Senhor José Lucas, devido ao curro que tinha apresentado na Praça de Touros de Vila Franca de Xira e também à Câmara pela logística que tinha disponibilizado, achando que era assim que se deveria divulgar a Capeia Arraiana. -----

Relativamente às Termas do Cró, já tinha sido referido por vários membros da Assembleia, tendo acrescentado que se deveria ter a certeza de que o Cró era uma referência no Concelho e por esse motivo o Executivo estava de parabéns. -----

Quanto à Capeia Arraiana, disse que estavam às portas da época taurina da Raia por isso, mais uma vez, pediu ao Executivo para que efetuasse as diligências necessárias para que houvesse um veterinário a acompanhar os encerros e, se possível, uma equipa médica para acompanhar a Capeia. Aproveitou ainda para recordar que este ano iria haver uma “*avalanche nas Capeias Arraianas porque é ano de eleições e isso já verificou na Capeia Arraiana do Sabugal em Vila Franca de Xira. Aparecem os tais aficionados ocasionais!*” -----

Joaquim Carreto que, tomou a palavra para: -----

1. Dizer que em relação às portas e janelas do edifício da Câmara, sobre as quais o Senhor João Manata já se tinha manifestado, já tinham tido oportunidade de conversar e confessou que, desta



vez, o *Borda d'Água* não tinha falhado porque, da última vez, o Senhor Presidente tinha afirmado que tinha sido por causa do mau tempo. -----

2. Perguntar se estava prevista alguma intervenção na Central de Camionagem, pois, por várias vezes, tinha alertado para a degradação da parte exterior desta. Tinha recentemente entrado na Central de Camionagem e constatara que a parte de dentro estava muito mais deteriorada do que imaginava, pois tinha verificado que havia paredes quase incompletas por falta de azulejos. Parafrazeando o que tinha sido dito pelo Senhor José Robalo, a sua intervenção seria considerada um caso de sucesso. -----
3. Considerar que era um caso de sucesso derrubar o “*mamarracho*”. O problema da legalidade deixá-lo-ia a quem de direito. Tivera conhecimento de que se iria fazer ali um miradouro, o que, no seu entender, seria considerado um caso de insucesso e de pura asneira. Acrescentou ainda que “*Se queremos praias fluviais devemos promover a praia de Vale das Éguas que é o único caso de sucesso no concelho*”. -----

Por último, e ao contrário do que tinha sido dito pelo seu antecessor, com o qual não concordava, gostaria muito de ver todos os participantes na campanha eleitoral para que assim “*pagassem um copo, pois seria um investimento para a Capeia!*”-----

Pedro Cardoso que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que o primeiro assunto que pretendia referir se prendia com a presença do Stand do Sabugal na Feira da Agricultura de Santarém e, ao contrário do que tinha dito o Senhor António Gata, do qual discordava, no seu entender a Câmara Municipal do Sabugal não se deveria desligar do papel de divulgar e promover o Sabugal onde quer que fosse. Era um empresário na área do Turismo Rural contudo, não tinha tido qualquer participação a não ser ter dado os parabéns a quem lá tinha estado a representar o Sabugal. Reforçou ainda que a Câmara deveria ter dado apoio logístico. -----

Em segundo lugar, disse que a Volta a Portugal iria novamente passar pelo Concelho do Sabugal, no corrente ano, e dado que, à exceção de Vilar Maior, todas as Aldeias Históricas já tinham tido a passagem da caravana, sugeria que este ano a caravana passasse pela Freguesia de Vilar Maior. -----

Em terceiro e último lugar, sugeriu que, para evitar os estragos no relvado do Estádio Municipal, o espetáculo do Toni Carreira se poderia realizar em Vilar Maior, pois tinha um cenário fantástico que era o Castelo. -----

Retomando a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para que respondesse às perguntas efetuadas, relativamente ao ponto em análise. Assim, tomou a palavra e, depois de cumprimentar os presentes, começou por dizer que: -----



Grande parte das questões que tinham sido levantadas tinha a ver com a Cidade do Sabugal. Tinha verificado que, quando havia referências a situações do Sabugal, era devido ao facto de estar a haver dinamismo e coisas novas no Sabugal, caso contrário, ninguém tinha falado do Sabugal. -----

Agradeceu todas as questões que tinham sido levantadas e disse que iria responder de uma forma exaustiva. Disse ainda que *“Não tenho nada a esconder e agradeço todas as perguntas que me foram colocadas, pois permitem-me que vos esclareça, desde que vocês assim o queiram. -----*

“Relativamente à demolição do edifício localizado no cruzamento de Sortelha, este era um dos objetivos que tinha desde que entrei para a Câmara. Aquele serviço foi autorizado por mim, enquanto empreitada. Aquela demolição custou cerca de 30.000,00 € porque os resíduos de demolição têm que ser tratados. A Unidade que recebe os resíduos tem que ser paga pelos m³ de resíduos que recebe. À posteriori, os Serviços da Câmara acharam que era uma Prestação de Serviços e, nessa altura, foi necessário que, em reunião de Câmara, fosse aprovada a emissão de parecer prévio favorável, nos termos do artigo 75.º do Orçamento Geral do Estado. O qual foi aprovado.” -----

Relativamente à intervenção de **António Gata**, agradeceu as palavras proferidas sobre a intervenção que tinha sido feita na estrada Sabugal – Vilar Formoso. -----

Quanto à Feira da Agricultura de Santarém, referida por vários membros da Assembleia, nomeadamente, **Pedro Cardoso**, deu os parabéns e disse que não tinha sido solicitado nenhum apoio logístico. Apenas tinha sido rececionado na Câmara um ofício a solicitar apoio financeiro no valor de 450,00 € e a Câmara não tinha condições de analisar o pedido pois o requerente não se identificava como entidade legalmente constituída. -----

Relativamente à questão da empresa Águas do Zêzere e Côa colocada por **Marisa Martins**, disse que: *“ a Câmara Municipal do Sabugal, tal como as outras, não tem pago a fatura às Águas do Zêzere e Côa. Neste momento, as Águas do Zêzere e Côa dizem que nós lhes devemos 3.700.000,00 € e eu reconheço cerca de 1.500.000,00 €, mas só será pago quando todos os Municípios lhe resolverem pagar, porque existe um acordo, neste momento, para que nenhum Município pague. Ontem, na reunião que se realizou em Belmonte, voltámos a manter a decisão que tinha sido acordada, no sentido de que os Municípios devem manter a posição de não pagamento da faturação, nos termos anteriormente acordados por todos. Isto é uma forma de pressão coletiva dos Municípios sobre o Sistema das Águas do Zêzere e Côa. -----*
O dinheiro que a empresa alega que lhe devemos e que eu não reconheço como dívida, este diferencial vai ter de ser muito bem negociado. Eles vão ter que pagar pela utilização da Barragem do Sabugal. O Sabugal nunca recebeu contrapartidas pela construção da Barragem e ocupação do solo concelhio.” -----



Quanto à questão do Hotel do Cró, disse que: *“O que é mais importante: uma Câmara fazer um hotel ou uma Câmara arranjar alguém que faça o hotel, o desenvolva e dinamize? Não devemos pensar que têm que ser sempre as Câmaras a construir hotéis e infraestruturas destas. Temos sim de procurar investimentos privados, procurar gente que invista no concelho. Foi aquilo que eu fiz. A construção do Hotel é fruto desse trabalho.”* Disse ainda que estava muito satisfeito por ter escolhido aquele parceiro porque tinha dinâmica, estava à procura de novos mercados e novos produtos para as Termas do Cró. Está a transformar o Cró num verdadeiro pólo de desenvolvimento do Concelho. -----

Os quarenta e tal mil euros referiam-se a obras contratualizadas em trabalhos que era necessário pagar à Somague, no âmbito da empreitada. Os setenta mil euros, a Câmara Municipal tinha feito uma candidatura, no âmbito do PROVER, das Termas de Portugal, que apenas a Câmara poderia ir buscar os 85% de financiamento. O privado não se podia candidatar e a Câmara não poderia perder a oportunidade de adquirir o equipamento para a fisioterapia, tendo disponível 85% do custo. -----

Em resposta a **João Manata**, no que à intervenção executada na Avenida das Tílias dizia respeito, disse que respeitava a solução técnica, embora por vezes possa não concordar. Quanto ao Largo do Chafariz, não estava concluído. Iria receber uma obra do escultor Octávio Gonçalves em homenagem ao escritor Manuel António Pina. -----

Relativamente às questões colocadas por **Nuno Teixeira**, disse que: *“Relativamente à Volta a Portugal em Bicicleta, todos os anos a organização da Volta a Portugal lhe entregava um contrato plurianual para assinar. Contudo, nunca o assinei. Negoceio ano a ano. No primeiro ano, custou 25.000,00 € porque foi feito conjuntamente com uma candidatura com a Pró-Raia. No segundo ano, custou 7.500,00 € porque só foram pagos 15% do total, pois houve candidatura no âmbito do PROVERE das Aldeias Históricas. Este ano, se não arranjarmos financiamento, teremos de pagar 45.000,00 € que ainda estou a tentar arranjar financiamento. Por esse motivo é que este assunto ainda não foi à reunião de câmara.”* -----

O concerto do Tony Carreira é da responsabilidade de uma empresa, que tem um dos seus elementos ligado à freguesia de Alfaiates que me pediu se poderia fazer o concerto no Estádio Municipal, ao qual eu respondi que sim. Está a trabalhar o concerto, ao nível da sua promoção. Estava à procura de financiamentos em Instituições Bancárias do Concelho. Pessoalmente tinha feito uma carta de conforto, no sentido de transmitir que era um bom evento. Contudo, não houve compromisso de financiamento nenhum. Se houver alguma intervenção da Câmara, em termos de apoio logístico, terá de ser solicitada e até à presente data ainda não tinham sido qualquer pedido.





Quanto à questão do relvado, colocada por Joaquim Carreto, disse que se fosse cedido o Estádio Municipal e *“se o relvado for danificado, temos que o reparar. Mas, ainda não tenho um Caderno de Encargos que me tenha apresentado a empresa relativamente a tudo aquilo que possa eventualmente solicitar à Câmara Municipal.”* -----

Informou ainda que a questão do estacionamento teria de ser coordenada com os Bombeiros Voluntários do Sabugal. -----

Em resposta a **José Galhano**, no que às Capeias Arraianas dizia respeito, disse que estaria presente um veterinário municipal nas Capeias que se realizassem, esperando que este ano tudo corresse bem. -----

Relativamente à pintura das portas e janelas do Edifício da Câmara disse estar muito satisfeito. -----

Quanto à intervenção de **Joaquim Carreto**, sobre a Central de Camionagem, disse que: *“Nós temos um Serviço de Manutenção da Câmara que tem de estar mais atento a essa situação”*. -----

José Hídio Clemente tomou a palavra para perguntar porque é que tinha pedido o parecer prévio para aquisição de serviço de demolição do edifício, localizado na Rua Dr.º António Vilardell Vinolas, ao Executivo, depois de a obra estar executada e se poderia deixar os Senhores Vereadores explicarem o voto contra, aquando da votação do assunto. Em resposta, o **Presidente da Câmara** disse que era o procedimento correto a tomar, no caso em apreço, em virtude de terem de adquirir a prestação de serviços para execução do trabalho, cujo valor ascendia a 5.000,00 €. Em virtude da urgência na decisão, tinha autorizado o procedimento e depois levava à reunião de Câmara para ratificação. -----

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL DO CENTRO INTERPRETATIVO DA CAPEIA ARRAIANA EM ALDEIA DA PONTE REQUERIDA PELA JUNTA DE FREGUESIA DE ALDEIA DA PONTE -----

O **Presidente da Assembleia**, antes de dar a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar este ponto, disse que, posteriormente ao envio da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Câmara tinha solicitado o agendamento de mais um ponto que consistia numa Adenda ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, no âmbito do Licenciamento Zero. De seguida, deu a palavra ao **Presidente da Câmara** para esclarecer o motivo da urgência na inclusão deste ponto. Assim, disse que *“no decurso da última reunião de Câmara, fomos alertados pela Divisão de Planeamento e Urbanismo que, em virtude de ter entrado em vigor a Plataforma do Balcão do Empreendedor e a aprovação de algumas taxas que o Município não tinha, era necessário e*



urgente a discussão dessas taxas. Estamos a falar de atividades de instalação ou modificação de estabelecimentos comerciais. Nós temos um Regulamento de Taxas e Tarifas, mas estas são novas e têm a ver com a possibilidade de quem está à distância, não estando necessariamente presente nos guichés da Câmara Municipal, poderem fazer atos simples de licenciamento, de comunicações prévias e afins. Para isso, foi necessário criar taxas. Foram-nos apresentadas na quarta-feira. Nós, no Executivo Municipal, não tivemos problema nenhum em aceitar e admitir à discussão dessas taxas e é, nesse sentido, que são propostas também tardiamente à Assembleia Municipal, para as poder, se entenderem, discutir.” -----

Em virtude dos documentos terem sido distribuídos tardiamente, o **Presidente da Assembleia** perguntou se alguém tinha alguma objeção à inclusão deste assunto na Ordem do Dia para a presente Sessão. Não tendo havido nenhuma objeção por parte dos membros da assembleia, foi incluído o assunto na Ordem do Dia, passando a constar como Ponto 5, passando a Atividade Municipal para Ponto 6. -----

De seguida, deu a palavra ao **Presidente da Câmara** para que apresentasse o Ponto 1 da Ordem do Dia. Tomando-a, disse que a Junta de Freguesia de Aldeia da Ponte estava a desenvolver um projeto sobre o Centro Interpretativo da Capeia e, para que esse projeto se pudesse candidatar, era necessário a classificação de Interesse Municipal, a qual só poderia ser declarada pela Assembleia Municipal. -----

Retomando a palavra, o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da Assembleia se pretendia inscrever para intervir. Na sequência de inscrição, foi dada a palavra a: -----

Fernando Lopes que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que o assunto em apreço lhe dizia diretamente respeito, em virtude ser de Aldeia da Ponte. Tinha tomado conhecimento que estava a ser desenvolvido este projeto, pela Ordem de Trabalhos. Assim, perguntou que tipo de projeto era este, onde é que iria funcionar e que recursos humanos é que iria usar? No seu entender, era preciso mais informação para além daquela que tinha sido recebida juntamente com os documentos enviados. -----

Em resposta, o **Presidente da Câmara** disse que se tratava de um projeto que estava a ser promovido pela Junta de Freguesia de Aldeia da Ponte. Os Técnicos e os Arquitetos que estavam a desenvolver o projeto eram naturais de Aldeia da Ponte. Não tinha as peças do projeto consigo, contudo disse que seria para funcionar na escola de Aldeia da Ponte. Pretendiam candidatar o projeto à Pró-Raia, projeto cujos conteúdos são alusivos à temática da Capeia. -----

Terminado o período de intervenções, o **Presidente da Assembleia** colocou este ponto à votação, tendo sido **aprovado**, por maioria, com duas abstenções. -----



Ponto 2 – APROVAÇÃO E DISCUSSÃO DO DOCUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DE 2012. ----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que o documento que tinha sido distribuído se tratava de um documento que fazia uma conjugação das contas da Câmara Municipal e da Empresa Municipal Sabugal+, uma vez que era a única que a Câmara detinha a 100%. Informou ainda que, juntamente com o documento, tinha sido distribuída a Certificação Legal de Contas emitida pelo Revisor, o qual referia no seu ponto 10 que: “(...) *na sequência do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 30 de Agosto, e, por força do disposto dos artigos 61º e 62º daquele diploma, o órgão deliberativo do Município do Sabugal sob proposta do respetivo órgão executivo de 22/02/2013, deliberou em 27/02/2013 pela não dissolução da Sabugal+, E.M.*”-----

Retomando a palavra, o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da Assembleia se pretendia inscrever para intervir. Na sequência de inscrição, foi dada a palavra a: -----

António Gata que, tomando a palavra, disse que, apesar de se tratar de um documento muito técnico, permitira-lhe ter uma ideia global de qual era a situação económico-financeira da Câmara, inclusivamente a sua atual dívida. Assim, disse: “*Sendo controlada esta dívida, se for possível diminuí-la será ótimo. O Senhor Presidente da Câmara referiu uma questão, que a mim me é tão cara e sempre me foi tão cara nesta Assembleia Municipal, que é o Concelho do Sabugal retirar dividendos daquilo que é nosso e da nossa Barragem. Aqui estou a dar os meus parabéns ao Senhor Presidente da Câmara para que consiga mais dinheiro e sendo possível abater esta dívida*”. Relativamente a este assunto, o **Presidente da Câmara** disse que os cerca de sete milhões tinham resultado de duas grandes obras que tinham sido executadas neste mandato, nomeadamente as Termas do Cró e a ligação Soito – Sabugal. Esclareceu que o pagamento pontual para com os bancos estava a ser cumprido. -----

Terminado o período de intervenções, o **Presidente da Assembleia** colocou este ponto a votação, tendo sido **aprovado**, por maioria, com duas abstenções. -----

PONTO 3: DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA 2ª ALTERAÇÃO DO PDM, COM OS SEGUINTE CONDICIONALISMOS: -----

A) NÃO HAVER RECLAMAÇÕES NO ÂMBITO DA DISCUSSÃO PÚBLICA A DECORRER ATÉ AO DIA 28/06/2013; -----





B) PARECER FINAL FAVORÁVEL DA CCDRC. -----

Antes de dar a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar este ponto, o **Presidente da Assembleia** esclareceu que a 2.ª alteração do PDM, que se referia à construção do Hotel do Cró, tinha feito o seu percurso legal, tendo havido um lapso no envio do aviso para o período de discussão pública que era de 30 dias para o *Diário da República*. O atraso no envio provocara um atraso relativamente à data limite do período de discussão pública, que apenas acabava no dia 28 do corrente mês. Para que não houvesse mais atrasos, para o início da construção do Hotel, tinha aceitado integrar este ponto na Ordem de Trabalhos, com os condicionalismos constantes da proposta que tinha sido enviada a todos os membros. Assim, evitar-se-ia a realização de uma sessão extraordinária para discussão deste assunto. De seguida, deu a palavra ao **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto, que tomando-a disse: *“A Câmara Municipal aprovou, no dia 24/04/2013, esta alteração ao PDM, a qual vai permitir a passagem da licença definitiva, porque o Hotel do Cró, neste momento, está a ser construído com uma licença parcial de estruturas. Nesse dia, foi dada indicação para a publicação em Diário da República e em Jornais de expressão local e nacional. Foi publicado nos Jornais de expressão local e nacional, mas a Imprensa Nacional Casa da Moeda não publicou logo. Quando detetámos que não tinha sido publicado, causou um grande embaraço, até porque causou atrasos na própria execução financeira do Hotel e da respetiva candidatura. Para se resolver este problema, uma vez que o prazo só acabava no dia 28/06/2013, embora pudesse ter a aprovação do Executivo, não tinha de certeza o parecer da CCDR e para que não fosse necessário marcar uma assembleia extraordinária para este ponto, conjuntamente com o Senhor Presidente da Assembleia, decidimos esta metodologia de propor à Assembleia que aprove condicionalmente a alteração aos seguintes propostas: ----- Desde que não haja, no período de discussão pública, propostas fundamentadas de alteração ao projeto inicial; ----- Emissão de parecer favorável, por parte da CCDRC, a esta alteração para ser publicada definitivamente no Diário da República e para produzir efeitos.-----*

Retomando a palavra, o **Presidente da Assembleia** perguntou se alguém se opunha à discussão deste assunto, com os condicionalismos nela contidos. Relativamente a este assunto e na sequência de inscrição, foi dada a palavra a: -----

Carlos Alberto que tomou a palavra para, face à decisão de admissibilidade ou não da proposta apresentada, perguntar se a responsabilidade pela não publicação em *Diário da República* tinha sido da Imprensa Nacional Casa da Moeda? Em resposta, o **Presidente da Câmara** disse que a não publicação em *Diário da República* se devia à falta de submissão do envio do documento. -----

Nuno Teixeira, que tomando a palavra, disse: *“Nós somos a favor de todo o investimento no Concelho. Somos a favor da alteração do PDM para que o investimento se possa efetivar. Somos a*



favor de tudo o que permita, facilite e atraia investimento. Votaremos a favor de tudo o que for bom para o Concelho. O que está aqui em questão é realmente a vertente legal. Pode um PDM ser alterado com condicionalismos? Como pode a Assembleia aprovar algo que ainda não está finalizado. Como pode a Assembleia aprovar a alteração do PDM sem ter consigo o necessário e obrigatório parecer da CCDRC. Então e se o parecer for negativo? Tem o Senhor Presidente informação privilegiada que lhe permita afirmar que é positivo? E se houver reclamações, o que acontece a seguir? Fica a deliberação da Assembleia sem efeito? O Senhor Presidente da Câmara garante que fique em ata que a deliberação da Assembleia é legal? O Senhor Presidente da Assembleia, também conhecedor do assunto e com experiência profissional na área, afirma que a Assembleia pode tomar esta deliberação? Garante a sua legalidade? -----

As questões que se prendem com o PDM são questões muito sensíveis que levaram, inclusive, a perdas de mandato por parte de autarcas. Deve esta Assembleia e todos os seus membros ponderarem bem e votarem plenamente conscientes e de forma cabalmente esclarecida. Porque necessita o Senhor Presidente desta aprovação à alteração do PDM? Qual é a pressa nesta aprovação? Em momento algum a informação da Dr.ª Glória fica clara a possibilidade desta Assembleia deliberar antes de decorridos os prazos de discussão pública e apresentado o parecer final favorável da CCDRC. A proposta de aprovação condicionada, apresentada pelo Senhor Presidente, é apenas e só da responsabilidade de V. Ex.ª e não está apoiada em nenhum parecer técnico distribuído a esta Assembleia. A responsabilidade de qualquer falha processual que tenha consequências nefastas no financiamento do projeto apenas se deve à demora na decisão, ou melhor, na indecisão! Porque o Senhor Presidente não tem pejo em propor a esta Assembleia deliberações em que a legalidade possa estar em causa. Parece-nos mais um processo idêntico ao da empresa Municipal Sabugal+, onde a indecisão do Senhor Presidente prejudica trabalhadores e população. Aqui, o Senhor Presidente poderá colocar em questão o financiamento do projeto. No entanto, conta esta Assembleia com os votos do PS sempre no sentido de encontrar a melhor solução para o Concelho. Mesmo sabendo, à partida, que grande parte destas propostas apresentadas são atabalhoadas, tal como acabamos de ouvir. Um pensa que submete, o outro não sabe se recebe! Daí as minhas dúvidas em relação à votação deste ponto.” -----

Retomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para, em resposta, dizer que “Não há na Lei, nem no Regimento da Assembleia Municipal, nada que impeça ou permita votações condicionadas. É uma questão de agilização. Pode ser determinado que, enquanto não terminar o período de discussão pública e emissão do parecer favorável da CCDRC, a Assembleia não toma posição ou, por uma questão de agilização, a Assembleia diz que se não houver nada que impeça, do ponto de vista das reclamações do cidadão e do ponto de vista do parecer da CCDRC, a Assembleia Municipal considera que logo que esses pontos estejam ultrapassados, não é necessário voltar à Assembleia Municipal porque o assunto está resolvido e a Assembleia já deu um parecer. É isto que está em causa. Se um dos condicionalismos não se verificar a deliberação fica sem efeito e o assunto terá de voltar a ser discutido e votada na Assembleia.” -----



Em seguida, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que, em resposta às questões colocadas, disse que: *“Estou a propor à Assembleia para aprovar esta 2.ª alteração ao PDM, com os condicionalismos constantes da proposta. Se a CCDRC não emitir parecer favorável ou se alguém reclamar em sede de discussão pública, a deliberação que hoje aqui for tomada ficará sem efeito e o assunto voltará novamente à Assembleia para discussão e votação. Peço a todos os membros da Assembleia que sejam responsáveis e votem este assunto.”* -----

Nuno Teixeira retomou a palavra para dizer *“como sou um membro responsável da Assembleia, não votarei este assunto, pois não estou definitivamente esclarecido, como tal vou abandonar a sala”*. -----

Joaquim Brázia tomou a palavra e, depois de cumprimentar os presentes, disse que quando tinham sido mandatados para as funções que estavam a exercer, era também para facilitarem algumas coisas, tendo dito que *“ultrapassarmos aquilo que é mais papismo que o próprio papa.”* Continuando, disse que lhe parecia ser doutrina comum, nesta zona, dificultarem aquilo que não era difícil. Por fim, acrescentou que *“devíamos votar vários projetos de forma positiva. É por estas e outras que possivelmente o projeto Ofélia Club fugiu do Concelho”*. -----

Retomando a palavra, o **Presidente da Assembleia** colocou à discussão a admissibilidade da discussão e votação deste ponto, tendo sido **aprovado**, por maioria, com cinquenta e nove votos a favor, catorze abstenções e nenhum voto contra. -----

Tendo sido admitida a discussão deste ponto, o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia se pretendia inscrever para intervir. Não havendo inscrições para intervir e antes de colocar o assunto à votação, disse que, em virtude da votação deste ponto estar condicionada à verificação de dois pressupostos, o Presidente da Câmara responsabilizar-se-ia por, na próxima Assembleia Municipal, informar quais tinham sido os desenvolvimentos deste assunto. Assim, foi o assunto colocado à votação, tendo sido aprovado, por maioria, com sessenta e três votos a favor, sete abstenções e nenhum voto contra. -----

Foram feitas as seguintes **declarações de voto**: -----

Carlos Alberto disse que *“Votei favoravelmente esta proposta porque jamais gostaria de ser acusado de dificultar seja aquilo que for em relação ao progresso do Concelho do Sabugal. Entendendo que tudo aquilo que se relaciona com o Cró é de fundamental importância para todo o concelho, mesmo que isto, algum dia, possa ser considerado ilegal. A mim, não me incomoda muito desde que o interesse do concelho seja colocado à frente. Votei a favor desta proposta por uma questão de respeito para com o Senhor Presidente da Câmara e todos os Vereadores e porque acho*





que, neste momento, merecem um voto de confiança. Longe de mim duvidar que alguma coisa possa estar menos correta em relação a este processo concreto. Não gostaria de misturar o Cró com fantasmas e coisas hipotéticas. Porque considero que o Cró é um dos motores de desenvolvimento do concelho, tudo o que lhe diz respeito terá sempre o meu apoio.” -----

Roberto Silva que disse: “O meu voto foi no sentido da abstenção porque, embora entenda a necessidade da aprovação e a necessidade de investimento e de agilização dos investimentos já em curso, não posso votar uma coisa favoravelmente para as quais eu não tenho dados. A CCDR não é só uma questão burocrática, também são técnicos muito mais qualificados. Obviamente enquanto eles não se pronunciarem, eu não tenho sentido de voto”. -----

Marisa Martins que disse: “A minha declaração de voto vai no sentido das mesmas palavras do Roberto. É de longe um entrave. Quem sou eu para me acusarem de que não quero o desenvolvimento, aliado às Termas do Cró e a um projeto de tanta importância para o Concelho. Mas também tenho que dizer que eu não sou eleita para facilitar coisa nenhuma. Nós somos eleitos em conjunto para decidir o que é melhor, não para facilitar. Somos eleitos para cumprir e para trabalhar”. -----

José Cunha que disse: “Todos respeitamos as votações, quer sejam abstenções, contra ou a favor. Vim para esta assembleia sem estar esclarecido sobre este assunto. Fiquei mais esclarecido com as intervenções do Senhor Presidente da Assembleia, do Senhor Presidente da Câmara, pela intervenção do Nuno Teixeira e de outras pessoas. Por isso penso que o melhor é votar a favor.” ---

Roberto Lavrador que disse: “O meu voto foi favorável porque, uma vez que já foi feita a concessão, não vejo aqui qualquer inconveniente em se facilitar a vida ao investidor privado que está a explorar o Cró, uma vez que vai criar postos de trabalho para o Concelho do Sabugal”. -----

PONTO 4 – APRECIACÃO DO ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA SABUGAL +, EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS, DESPORTIVOS TURÍSTICOS E DE LAZER, E.M. -----

Foi dito pelo **Presidente da Assembleia**, relativamente a este ponto, que o único documento que tinha sido submetido para discussão e aprovação na Assembleia tinha sido o Estudo de Viabilidade Económico-Financeira da Empresa Municipal Sabugal+. Prosseguindo e antes de se passar à discussão deste ponto, o **Presidente da Assembleia** procedeu à leitura da **proposta subscrita** por **Nuno Teixeira**, que se transcreve: -----



“Porque a situação dos trabalhadores da Empresa Municipal Sabugal+ nos continua a preocupar e porque consideramos fundamental que se salvguarde a sua situação profissional, propomos mais uma vez que seja votada nesta assembleia, a criação de uma Comissão de Acompanhamento do processo constituída por dois trabalhadores da empresa e por um representante de cada partido político representado na Assembleia Municipal e o Executivo Municipal.” -----

De seguida informou que primeiro se procederia à discussão e votação do ponto em análise e posteriormente analisar-se-ia a proposta apresentada para que pudesse ser submetida à votação. Assim, deu a palavra ao **Presidente da Câmara** que tomou a palavra para dizer que: *“Decorrente da reunião de câmara de 22/02/2013 e da Assembleia Municipal de 27/02/2013, foi deliberado pela não dissolução da Empresa Municipal Sabugal+, tendo-se acrescentado uma recomendação proposta por um dos deputados municipais, no sentido de, caso a Empresa Municipal, após estudos de viabilização não fosse sustentável, que pudesse partir-se para a criação de uma outra empresa local. -----*

A Câmara contratou serviços de consultadoria a uma empresa externa, a Smart Vision, que está a dar todo o apoio no âmbito de Estudos sobre a Empresa Municipal Sabugal+. A empresa colocou-nos recentemente a situação que passo a expor: Neste momento, a Empresa Municipal faz gestão de equipamentos municipais e a gestão de atividades nesses equipamentos. Do estudo resulta que a Empresa Municipal não é sustentável com os critérios contidos na Lei n.º 50/2012, de 30 de agosto, porque, embora tenhamos votado pela não dissolução, estamos empenhados em cumprir, no ano 2013, esta lei. É necessário adaptar a atividade da Empresa Municipal Sabugal+ à nova lei. -----

Sustentou, da deliberação de não dissolução, o facto de a Associação Nacional de Municípios Portugueses ter encomendado e ter apresentado no Tribunal Constitucional um pedido de inconstitucionalidade, alegando o artigo 62.º, nomeadamente a sua retroatividade. Ao mesmo tempo, a Câmara Municipal apresentou no Tribunal Administrativo de Castelo Branco uma contestação referente à figura das Empresas Locais. -----

De acordo com o estudo feito, a única forma da Empresa Municipal Sabugal+ se manter em atividade, aplicando os critérios da Lei n.º 50/2013, de 30 de agosto, é se houver uma transferência de equipamentos municipais para a Câmara, mantendo-se a Empresa como prestadora de serviços nesses equipamentos. Neste momento, o que encarece mais a atividade da Sabugal+ são os consumos energéticos, de gás, de água, etc. No fundo, o fornecimento de serviços externos que a Empresa tem que adquirir. A grande fatura é isso e o salário dos trabalhadores. -----

Um dos cenários possíveis para manter a empresa aberta, conforme deliberado pela maioria do executivo e pela maioria desta Assembleia, passa por transformá-la, ou seja, passar a gestão dos





equipamentos para o Município e a empresa ficar apenas com a prestação dos serviços que serão objeto de contratualização entre a Câmara e a Empresa Municipal. -----

A Empresa Municipal ficaria apta para prestar serviços nesses equipamentos, quer para o Município, quer para outras Entidades. -----

Temos de respeitar a Lei n.º 50/2012, de 30 de agosto, mas achamos que a lei é injusta porque, apesar de não ser lucrativa, presta um serviço fundamental às nossas populações. Neste momento, estamos a defender uma situação que pode levar-nos a que haja uma dissolução oficiosa da empresa e, por isso, temos que ter cenários alternativos para pode atuar de imediato.”-----

Acrescentou ainda que o próprio Executivo Municipal não tinha a certeza sobre se o caminho que estavam a trilhar era o mais correto. -----

Tinha sido comunicado à IGF e à DGAL que tinham deliberado, na sessão da Assembleia Municipal de 27/02/2013, pela não dissolução da Empresa Municipal. Contudo, até à presente data, ainda não tinham recebido qualquer informação sobre a deliberação que tinha sido tomada. -----

Concluindo, disse que a Empresa Municipal Sabugal+ tinha 35 postos de trabalho e acreditava que na empresa municipal haveria uma maior agilidade, flexibilidade e disponibilidade para o cumprimento do serviço público, no âmbito das atribuições da empresa. -----

Retomando a palavra, o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros pretendia intervir. Na sequência de inscrição, foi dada a palavra a: -----

Nuno Teixeira que, tomando a palavra, perguntou qual era a proposta concreta do Senhor Presidente da Câmara, no que dizia respeito à resolução desta situação. Continuando, disse que “*Os Vereadores do PS, no Executivo Municipal, atempadamente e passado um mês da lei sair, apresentaram, em setembro de 2012, uma proposta de alteração aos Estatutos da Sabugal+, tendo em vista a sua transformação numa empresa local de gestão de serviços. Esta proposta foi rejeitada, preferindo-se nada se fazer!* -----

O Senhor Presidente, em fevereiro de 2013, a poucos dias do final do prazo, lembrou-se de recuperar a proposta do PS. Como nada se fez em tempo útil, o futuro da empresa e dos seus trabalhadores está possivelmente nas mãos da IGF, à qual caberá exercer a tutela administrativa e financeira com vista à dissolução oficiosa. Não agindo a tempo, ficará refém do Poder Central! Ao longo deste tempo, quem perdeu e ainda está a ser prejudicado são os trabalhadores e os munícipes. -----



Como não se cumpriram os prazos a tempo e horas, procuram-se agora soluções que eu considero de desespero. Não sabendo o que fazer contrata-se uma empresa, a Smart Vision, por cerca de 30.000,00 €, para tentar resolver este problema. O Senhor Presidente, para além de propor a alteração de estatutos e a viabilização económico-financeira da empresa, propões à Assembleia Municipal à dissolução da mesma, ou seja, pede-se à Assembleia que vote pela continuidade da empresa e ato contínuo que delibere pela sua dissolução. -----

O Senhor Presidente é o único responsável pela situação em que está a Sabugal+. Não mostrou preocupação pelos trabalhadores. Já foram chumbadas duas vezes as propostas apresentadas pelo Partido Socialista. Hoje é a terceira proposta que apresento e se for preciso apresentarei uma quarta proposta. Não decidiu quando e como devia. Passado um ano, a situação da empresa é exclusiva e o desnorte é completo. Houve um ano para se resolver esta situação e, atualmente, a situação da empresa e dos seus trabalhadores é muito, muito complicada. -----

Para terminar, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se há verbas para pagar aos funcionários da Sabugal+, neste mês. No caso da continuidade da empresa a sabugal+, conseguirá suportar os vencimentos de julho? -----

Carlos Alberto que tomou a palavra para dizer que tinha havido alturas em que tivera poucas dúvidas sobre a Sabugal+ mas, neste momento, cada vez tinha mais dúvidas. Por aquilo que tinha entendido, a viabilidade económico-financeira neste momento era extremamente complicada. Relativamente à transferência dos equipamentos para a Câmara, perguntou se isso implicaria a transferência dos trabalhadores da Sabugal+ para uma empresa privada prestadora de serviços que entraria em concorrência com as outras empresas de prestações de serviços. Ficaria a responsabilidade das verbas maiores para a Câmara Municipal, o que iria resolver uma parte da situação económico-financeira da Sabugal+, mas resolveria a situação dos trabalhadores? A partir do momento em que uma qualquer empresa entra no mercado da concorrência “*quem tem unha que se desenrasque.*” -----

José Robalo que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que, contrariamente áquilo que tem sido afirmado, a situação em que se encontrava a Sabugal+ se devia única e exclusivamente à Lei n.º 50/2012, de 30 de agosto, que vinha pôr fim às empresas municipais, da forma como todos conheciam. Era uma lei tremendamente injusta para as Empresas Municipais do interior, que tinha vindo penalizar gravemente a Empresa Municipal Sabugal+. -----

Acrescentou ainda que “Todos nós temos responsabilidade sobre esta situação e temos de a resolver. Fui eleito para fazer parte da solução e não para fazer parte do problema. Enquanto aqui estiver, irei apresentar todas as soluções e ideias que permitam viabilizar a Empresa Sabugal+.

Todos estamos de acordo que a Empresa Municipal Sabugal+ satisfaz necessidades públicas e que os funcionários são intocáveis. Nós temos o dever de proteger os funcionários da empresa.”-----

Por fim, apresentou a **recomendação**, que se transcreve: -----

“Tendo em conta: -----

1. *O estudo de viabilidade económico-financeira da Empresa Municipal Sabugal+; -----*
2. *O cenário colocado de alteração dos estatutos, denominação, objeto e atribuições da empresa, modificando-a significativamente; -----*
3. *A possibilidade de entidades externas virem solicitar a dissolução oficiosa da empresa; -----*
4. *A deliberação de 27/02/2013, na qual se colocava como alternativa a criação de uma nova empresa, decorrente da não sustentabilidade da Empresa Municipal Sabugal+. -----*

Proponho que a Assembleia Municipal aprove uma recomendação no sentido de: -----

Esgotadas todas as possibilidades, ser tido em conta o cenário alternativo, indicando que o mesmo será a dissolução com entrada em liquidação e internalização, caso as entidades de tutela administrativa e financeira venham a requerer a dissolução oficiosa da empresa, com elaboração de proposta de dissolução da entidade com entrada em liquidação e internalização.”-----

Explicou que esta recomendação pretendia acautelar os serviços prestados pela empresa e os funcionários. -----

Retomando a palavra, o **Presidente da Assembleia** disse que pelo Presidente da Câmara tinha sido manifestada a intenção de solicitar o agendamento de uma Assembleia Extraordinária, cuja única finalidade era discutir Cenários Alternativos para a Sabugal+. Assim perguntou se a recomendação poderia ser agendada para discussão e votação aquando da realização da Assembleia Extraordinária. Em resposta, **José Robalo** disse que tinha entendido que a realização da Assembleia Extraordinária era uma hipótese e não havia uma certeza da necessidade da sua realização. Não sabendo se, de facto, se iria realizar a Assembleia Municipal Extraordinária, era seu entendimento que a Assembleia Municipal deveria dar um voto de confiança ao Município. Retomando a palavra, o **Presidente da Assembleia** disse que, após o Presidente da Câmara responder às questões que lhe tinham sido colocadas, proceder-se-ia à discussão e votação da proposta apresentada por Nuno Teixeira e, em seguida, da recomendação apresentada por José Robalo. Assim, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que, em resposta às questões que lhe tinham sido colocadas, disse “*Neste momento e ao longo destes anos, a Empresa Municipal necessita de ser financiada em cerca de*



850.000,00 €. Desse valor 500.000,00 € são para vencimentos e restantes 350.000,00 € são custos com a manutenção dos edifícios. -----

Quando saiu a lei, tinha feito várias tentativas para que, ao nível do Poder Central, fosse entendido que aquela lei era injusta e que não se poderia aplicar ao Concelho do Sabugal e outros similares, pois a dinâmica económica e a escala necessária para a rentabilidade das atividades não existe. ---

Quando constatamos que não havia flexibilidade do lado governamental, encetamos uma luta ao desafiar o Poder Central e a lei, na tentativa de modificação, agilização, transformação, refundação da Empresa Municipal. -----

Este estudo diz que se pode manter a empresa se os equipamentos foram internalizados. A empresa Municipal tem 35 funcionários, sendo que um deles está a recibo verde. Se fossem pela internalização da empresa, desses 35 ficariam apenas 24. A luta que temos tido é para manter os postos de trabalhos, mantendo a empresa local. A forma de a viabilizar é através da internalização dos equipamentos que consiste em que os custos diretos de funcionamento serem da Câmara Municipal e as atividades a desenvolver, a promoção e a animação serem da empresa local Sabugal+. -----

Relativamente à proposta apresentada por Nuno Teixeira, de criar uma Comissão de Acompanhamento deste processo, não via qualquer inconveniente. -----

Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia** colocou este ponto a votação, tendo sido, **aprovado**, por maioria, com trinta e sete votos a favor, vinte e três abstenções e nenhum voto contra. -----

Sendo meia-noite, o **Presidente da Assembleia** pediu **autorização** para continuar os trabalhos, tendo sido concedida por unanimidade. -----

De seguida, o **Presidente da Assembleia** disse que se passaria à discussão da proposta apresentada por Nuno Teixeira, tendo perguntado se algum dos membros pretendia intervir. Na sequência de inscrição, foi dada a palavra a: -----

Fernando Lopes que, tomando a palavra, disse que “Desde que tenho acompanhado as Assembleias Municipais, por aquilo que leio pela imprensa regional e por aquilo que se ouve pelas esquinas da cidade, da vila e das aldeias, a Sabugal+ é um cadáver! Andamos aqui a tentar deitar perfume para não cheirar mal! Por mais recomendações de internalizações, por mais uma comissão que se crie aqui na Assembleia, dá-me a sensação que é para passar um óbito no final. O próprio estudo de viabilidade diz assim: dividimos aqui o valor – 500.000,00 €, é por causa dos



funcionários, estes não entram. Entram os outros 350.000,00 €. Pergunto de onde é que vêm os outros 500.000,00€? De onde é que vêm? Quem é que lhes paga? E quem é que lhes vai pagar?” --

Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia** colocou a proposta à votação, tendo sido **aprovada**, por maioria, com vinte e sete votos a favor, trinta abstenções e três votos contra. Na sequência da aprovação da proposta apresentada, foi solicitado aos Grupos Políticos que indicassem à Mesa o respetivo representante, bem como à Presidente do Conselho de Administração da Sabugal+, Delfina Leal, para que solicitasse aos trabalhadores da Empresa a nomeação de dois representantes dos mesmos. -----

Retomando a palavra, o **Presidente da Assembleia** disse que se passaria à discussão da recomendação apresentada por José Robalo, tendo perguntado se algum dos membros pretendia intervir. Na sequência de inscrição, foi dada a palavra a: -----

José Robalo que tomou a palavra para dizer que a recomendação que apresentara tinha como objetivo que o Município pudesse salvaguardar a situação dos funcionários da empresa municipal. -

Carlos Alberto que tomou a palavra para dizer que *“As leis da função pública dizem que não podem entrar funcionários. Vamos fazer uma recomendação à Câmara que não serve rigorosamente para nada e que não me parece que ajude o Executivo. O Senhor Presidente da Câmara apresentou propostas concretas e claras sobre as quais nós poderemos discutir.”* -----

Nuno Teixeira que, tomando a palavra, disse *“Em relação a esta proposta concreta, eu vou ter que votar contra porque parece-me que é uma proposta que prevê, à partida, a extinção da Empresa Municipal. Se antes aprovámos a criação de uma Comissão, é porque ainda temos alguma esperança na continuidade. Pena é que tivesse que ser à terceira vez que ela fosse aprovada. Portanto, só andámos aqui a perder tempo. Eu não desisto.”*-----

José Cunha que, tomando a palavra, disse que, no seu entender, a recomendação de José Robalo e a proposta de Nuno Teixeira, não colidiam. Ambas eram no sentido de manifestar a vontade pela continuidade da empresa e dos seus trabalhadores. Por isso e tendo votado a proposta favoravelmente, também iria votar a favor da recomendação. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Bismula que, tomando a palavra, disse *“O Dr.º José Robalo, no início da sua intervenção, disse que era intocável a Sabugal+ e os seus funcionários. Todos compreendemos a vontade. Hoje, a palavra intocável não tem sentido nos governantes, porque nada fica intocável, tudo desaparece de um momento para o outro. O que hoje podemos estudar, isso sim, é de facto o cenário alternativo, no caso extremo de ter de se fechar portas. Recordo que, na sessão da Assembleia Municipal de 27/02/2013, tive uma intervenção sobre este assunto e falei*



A

precisamente nisso. Disse que era bom que se preparasse um núcleo que absorvesse os funcionários e que a Sabugal+ ficasse a ser orientada e dirigida sob a égide da Câmara Municipal, porque independente, de certeza, que não fica. Nós temos presente o que aconteceu com as freguesias. Houve moções, reivindicações e inúmeras reuniões e tudo ficou como o Poder Central quis e ditou. Isto também já está ditado como aqui já foi referido. Já estamos no velório do enterro da Sabugal+.” -----

João Manata que tomou a palavra para dizer que defendia, há muito tempo, a internalização da empresa, mas com todos os trabalhadores. A empresa nunca deveria ter sido criada. A CDU, a nível nacional, tinha avisado para as suas consequências. -----

Retomando a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Presidente da Câmara** que, em resposta às questões colocadas, disse *“A Sabugal+ tem sido ao longo deste mandato um tambor. Houve lobbys que se empenharam em destruir a empresa Sabugal+. A empresa, sendo o elo mais fraco, foi levando, ao longo do tempo, a “porrada” toda! Ao fim de tanta “porrada” é natural que já esteja debilitada, mas temos a obrigação de a fazer renascer. -----*

O estudo de viabilidade que foi aprovado aponta um caminho que acho que devemos seguir. O caminho é viabilizar a empresa. -----

O processo de internalização tem o problema que o Senhor João Manata acabou de referir: não é possível assegurar os postos de trabalho de todos os funcionários da empresa. -----

A proposta do deputado José Robalo diz que se tudo falhar temos de ter um caminho alternativo. ---

Seis elementos do Executivo querem seguir o caminho de criar uma empresa com os trabalhadores da Sabugal+. -----

Se as contas são consolidadas, em termos de funcionários, também são contabilizados os trabalhadores da empresa. A Empresa Municipal, neste momento, não pode meter gente sem pedir primeiro autorização à Câmara e à Assembleia. -----

A recomendação que está a ser apresentada, já que estamos há tanto tempo a debater o assunto, peço mais uma coisa: essa recomendação é positiva porque permite que, ao estar escrito, na eventualidade daquilo que pensam seis vereadores do executivo, não se puder concretizar, há um caminho alternativo. É esse o sentido da recomendação. Todos os caminhos são claros desde que sejam bem explicados”. -----



A

Foi ainda dada a palavra a **Marisa Martins** que, tomando a palavra, perguntou, se a alternativa à dissolução era esta recomendação, qual era a necessidade de uma Assembleia Extraordinária? Em resposta, o **Presidente da Assembleia** disse que este era apenas um cenário alternativo. -----

Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia** colocou a recomendação à votação, tendo sido **aprovada**, por maioria, com trinta e oito votos a favor, dezassete abstenções e sete votos contra. -----

Foram feitas as seguintes **declarações de voto**: -----

Ramiro Matos, enquanto membro da Assembleia Municipal, que disse “*Votei contra esta recomendação porque recuso-me a recomendar ao executivo municipal que encare uma possível solução que conduza ao despedimento de trabalhadores da Sabugal+. Se o Governo quiser impor essa solução, que imponha essa solução*”. -----

Nuno Teixeira que disse “*Quero apenas reforçar que votei contra porque não vejo nesta proposta caminho. Vejo o fim da linha. Acho que até lá ainda podemos arranjar outros caminhos. Vamos lutar, vamos tentar. Se vier o Poder Central fechar, depois teremos que nos virar contra eles. Todos juntos vamos ter que arranjar uma solução*”. -----

António Gata que disse “*Com todas as dificuldades e dúvidas que tenho em votar nesta problemática, este voto a favor foi extremamente fácil porque esta recomendação segue o caminho previsto na legislação que criou todo este problema*”. -----

João Manata que disse “*Votei favoravelmente à proposta, apesar da confusão, porque, defendendo a internalização da empresa, como a defendo, com todos os postos de trabalho, os governos também caem e pode ser que o Governo ainda caia e isto mude. Não é baixar os braços. Defender o interesse dos trabalhadores também é votar esta proposta. O meu sentido de voto a favor é com a internalização de todos os trabalhadores.*” -----

PONTO 5 - PROPOSTA DE ADENDA AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS, NO ÂMBITO DO LICENCIAMENTO ZERO. -----

Para apresentar este ponto, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Presidente da Câmara** que, tomando a palavra, disse “*Estas taxas resultam de uma necessidade do Balcão do Empreendedor. As taxas iniciais foram calculadas com os pressupostos dos custos diretos e indiretos e todas as situações dentro da atividade municipal. Perante a proposta apresentada, em reunião de Câmara foi deliberado reduzi-las em 50%, no sentido de apoiar o empreendedorismo local.*” -----





Retomando a palavra, o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros pretendia intervir. Não havendo inscrições para intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou este ponto à votação, tendo sido **aprovado**, por unanimidade. -----

PONTO 6 – ATIVIDADE MUNICIPAL. -----

O **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que a informação, por escrito, tinha sido distribuída a todos os membros da Assembleia, pelo que, se houvesse algum esclarecimento a dar, estava à disposição. -----

Retomando a palavra, o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros pretendia intervir. Não tendo havido inscrições para intervir, passou-se ao último ponto da ordem de trabalhos. -----

De seguida, o **Presidente da Assembleia** propôs que se fizesse um **Minuto de Silêncio** pelo falecimento do pai de Joaquim Leal e sogro da Vice-Presidente da Câmara, Delfina Leal. Tendo a proposta sido **aprovada**, por unanimidade, foi cumprido o minuto de silêncio. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Chegado a este ponto, o **Presidente da Assembleia** perguntou se, de entre os munícipes presentes, algum pretendia intervir. Assim, na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Natália Bispo que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse tinha feito parte da organização da presença do stand do Sabugal na Feira da Agricultura de Santarém. Quanto à chamada de atenção para o nome esclareceu que, aquando do pedido de atribuição do nome para o stand, tinham pensado que a melhor maneira de localizar o Sabugal seria Sabugal – Beira Interior. -----

José Teles que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que: -----

1. Era necessário colocar um banco ao pé da Sequoia; -----
2. A Fábrica de Betão estava implantada entre três residências e esperava que não fosse autorizada derivado do poluente tóxico que a mesma produzia; -----

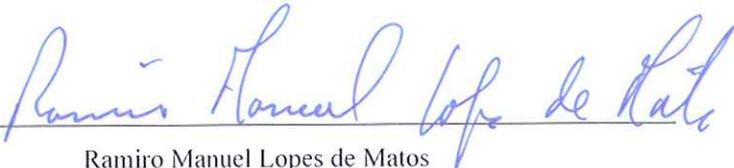
Em resposta, o **Presidente da Câmara** disse que, quanto à empresa de produção de betão, tinha entrado o pedido de licenciamento na Câmara no dia 17/04/2013 e, entretanto, tinha sido levantado

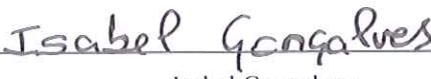


um auto de embargo e um auto de contraordenação. A Divisão de Urbanismo estava a receber os necessários pareceres para, posteriormente, analisar se reunia condições ou não para ser licenciada.

Octávio Gonçalves que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que estava a preparar uma escultura da estátua de Manuel António Pina para colocação no Largo da Fonte, solicitando que tivessem mais cuidado quando se teciam críticas sobre a arte. -----

Findas as intervenções e não havendo mais assuntos a tratar, o **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a sessão** eram uma hora e dez minutos, da qual foi lavrada a presente ata, que foi aprovada em minuta, para resolução imediata das deliberações tomadas, conforme disposto no n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e que vai ser assinada, nos termos da legislação em vigor. -----

O Presidente da Assembleia, 
Ramiro Manuel Lopes de Matos

A Assistente Técnica, 
Isabel Gonçalves